

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ E AS PEQUENAS CIDADES

ANGELA MARIA ENDLICH

RESUMO: Este artigo enfoca a formação de uma densa rede urbana no Noroeste do Paraná, destacando a presença de muitos municípios com pequenas localidades urbanas. A interpretação desta espacialidade baseia-se no conceito de formação socioespacial, procurando enfatizar os elementos que trouxeram esta particularidade para a região e que, de certa forma, criaram a coerência escalar regional.

PALAVRAS-CHAVE: Rede urbana. Pequenas cidades. Municípios. Formação socioespacial.

ABSTRACT: Socio-spatial formation in northwestern Paraná and its small towns. This paper focus on the formation of a dense urban network in northwestern Paraná, and it also highlights several municipalities with small urban localities. The interpretation of this spatiality is based on the concept of socio-spatial formation, emphasizing the elements that have made this region unique, creating a regional scalar coherence.

KEY-WORDS: Urban network. Small towns. Municipalities. Socio-spatial formation.

As cidades que compõem a rede urbana constituem heranças de contextos econômicos e momentos históricos diferenciados, compondo um conjunto de centros funcionalmente articulados, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Considerada como reflexo social, a rede urbana é, também, materialidade e, portanto, condição para a reprodução social (CORRÊA, 2001). As dinâmicas existentes e os fluxos que marcaram os diversos momentos explicam a conformação dessa rede.

O artigo inicia-se com algumas considerações sobre a rede urbana no Noroeste do Paraná, destacando o surgimento de pequenas cidades. Posteriormente, tomando por referência conceitual a formação socioespacial procura-se sistematizar as particularidades da região, enfatizando o complexo cafeeiro capitalista, as circunstâncias da produção de café no Paraná e a atuação planejada de empresas colonizadoras.

1 Configuração da rede urbana do Noroeste do Paraná

A região estudada é parte do território paranaense, atualmente dividido em 399 municípios, com seus respectivos núcleos urbanos, originados em diversos períodos históricos, desde Paranaguá no século XVII, Antonina, Morretes e Guaratuba no século XVIII, do momento das incursões em busca de ouro até dinâmicas mais recentes vinculadas ao complexo cafeeiro e a modernização agrícola, que impulsionaram outros desmembramentos territoriais.

A área designada como Noroeste do Paraná, tomando por referência a divisão regional do IBGE, engloba três mesorregiões, subdividida em treze microrregiões (Quadro 1), somando ao todo 165 municípios.

Quadro 1 – Noroeste do Paraná, Meso e Microrregiões

Mesorregiões	Microrregiões
Noroeste	Paranavaí, Umuarama e Cianorte
Centro Ocidental Paranaense	Goioerê e Campo Mourão
Norte Central Paranaense	Astorga, Porecatu, Florai, Maringá, Apucarana, Londrina, Faxinal e Ivaiporã

Fonte: IBGE

A maioria das sedes municipais são demograficamente pequenas, das quais mais da metade possui até cinco mil habitantes, considerando-se apenas a população urbana (Quadro 2).

Quadro 2 – Noroeste do Paraná. Número de cidades por classes demográficas, 2000

Classes de cidades	Número de cidades
Até 5 mil habitantes;	88
De 5 mil a menos de 10 mil habitantes	37
De 10 mil a menos de 20 mil habitantes	21
De 20 mil a menos de 50 mil habitantes	10
De 50 mil a menos de 100 mil habitantes;	6
De 100 mil a menos de 500 mil habitantes.	3
Total	165

Fonte: IBGE, *Censo demográfico*, 2000.

Por estes números, é possível demonstrar a intensa presença das pequenas cidades na região. São 156 centros urbanos com população inferior a cinquenta mil habitantes, sendo apenas nove com população superior a esse limite. Esses dados denotam a relevância destas pequenas localidades na estruturação territorial, em especial do Noroeste do Paraná¹.

Poucas cidades podem ser consideradas como de porte médio, já que apenas três centros urbanos atendem aos critérios do IBGE, com população entre cem e quinhentos mil habitantes (Londrina, Maringá e Apucarana). Entretanto, no Estado do Paraná, centros urbanos com população entre cinquenta mil e cem mil habitantes são considerados centros regionais, casos de Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama. Cianorte está em processo de consolidação de sua posição como centro regional. Outros municípios com esse patamar demográfico compõem as aglomerações urbanas de Maringá (caso de Sarandi) e Londrina (casos de Cambé e Araçongas), oficializadas como Regiões Metropolitanas desde 1998.

Portanto, sob o aspecto da estruturação territorial e da rede urbana, as pequenas cidades predominam nesta área. Os pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre eles. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais. Ainda que estas atividades não estejam diretamente vinculadas ao patamar demográfico, observou-se que, de maneira geral, as pequenas cidades com centralidade maior são

¹ Analisando os dados para o território brasileiro, observa-se que das 5.507 sedes municipais existentes em 2000, 5.119 possuíam menos de 50 mil habitantes. São 388 cidades que estão acima deste patamar demográfico, que no conjunto dos dados absolutos abrigam quase 70% da população urbana brasileira, o que mostra uma espacialidade humana de tendência concentradora. Contudo, o Brasil, embora mais conhecido por essas grandes cidades, também tem um grande número de pequenas cidades.

aquelas que possuem esse patamar mais ou menos definido entre vinte mil e cinquenta mil habitantes.

Sob o aspecto da distribuição demográfica, 39% dos habitantes da região vivem em núcleos urbanos com até cinquenta mil habitantes. Embora com papéis econômicos e urbanos restritos, as pequenas cidades ainda constituem espaços de vida de significativa parcela da população. As cidades com mais de cinquenta mil habitantes (nove no total da região) abrigam 45% da população. Já a população rural equivale a 16% da população total. Há, portanto, uma taxa alta (84%) de urbanização nesta região. A média brasileira em 2000 foi de 81,23% e os dados correspondentes ao Paraná (81,41%) acompanham as referências nacionais. Embora alta, a distribuição regional deste indicador é bastante desigual, pois 27 municípios possuem população urbana inferior à rural². Deve-se registrar, também, que apesar do insistente processo de êxodo rural, nas últimas décadas, dez municípios da região apresentaram, entre 1991 e 2000, crescimento da população rural³. Estas observações mostram que estes dados apresentados de forma geral são relativos, lembrando sempre que as médias consistem simplificações, que podem omitir uma realidade diferenciada.

A presença das pequenas cidades pode ser facilmente comprovada ao se percorrer a região. A cada dez, vinte ou trinta quilômetros encontra-se um pequeno centro urbano, silencioso, aparentemente pacato, quase todos bem arborizados. Os menores possuem, em geral, uma longa avenida (muitas vezes a própria rodovia), em torno da qual as ruas se prolongam por dois ou três quarteirões, de um lado e de outro, avistando-se facilmente o limite entre as áreas consideradas como urbana e rural.

É comum ao forasteiro, que não possui vínculos com estes pequenos centros urbanos, questionar sua existência, seus papéis e significados. O padrão de algumas construções, o perfil de alguns estabelecimentos comerciais, bem como o ritmo das pessoas, por vezes, sugerem que estas pequenas cidades parecem explicar-se melhor por um tempo passado. Tempo freqüentemente expresso na paisagem das pequenas cidades da região, cujo aspecto mantém parcialmente a efemeridade característica das cidades recém-criadas em frentes de expansão no Brasil. Tal aspecto é a expressão de como parte do que seria provisório se converteu em permanente em virtude do repentino processo de mudança econômica ocorrido na região.

Não se trata de um pretérito longínquo. Ao contrário, a formação da região ocorreu em ritmo acelerado há pouco mais de cinquenta anos. No entanto, nas últimas décadas houve um ritmo, também acentuado, de declínio demográfico. A constante emigração da população dos municípios com pequenos núcleos urbanos expressa a dificuldade, sobretudo dos trabalhadores, em reproduzir suas vidas nestes espaços.

As características atuais da rede urbana regional remetem a esse recente passado. A gênese desta rede, com suas particularidades, só pode ser compreendida com

² Seguem os nomes destes municípios com as respectivas taxas de urbanização: Altamira do Paraná (30,29%), Arapuá (28,93%), Ariranha do Ivaí (24,18%), Boa Esperança (49,92%), Cândido Abreu (24,92%), Corumbatai do Sul (40,30%), Cruzmaltina (34,11%), Esperança Nova (32,63%), Farol (49,07%), Godoy Moreira (38,34%), Grandes Rios (48,27%), Guaporema (43,23%), Lidianópolis (47,69%), Maria Helena (42,61%), Nova Cantu (39,52%), Nova Tebas (43,89%), Novo Itacolomi (43,89%), Perobal (49,64%), Rio Branco do Ivaí (24,64%), Rosário do Ivaí (34,46%), Santa Mônica (41,81%), São Jorge do Patrocínio (44,12%), São Manoel do Paraná (48,41%), Tamarana (48,57%), Vila Alta (48,56%) e Xamburé (28,83%).

³ Os seguintes municípios têm apresentado crescimento da população rural no último período estudado (1991-2000): Amaporã (2,72%), Guaporema (0,95%), Itaúna do Sul (1,13%), Ivatuba (2,15%), Jardim Olinda (5,01%), Marialva (0,32%), Mirador (0,08%), Querência do Norte (2,71%), Quinta do Sol (0,36%) e Sarandi (0,95%).

base na sua historicidade. Para tanto, não se propõe uma nova versão para a história, já contada e recontada por outros pesquisadores que se dedicaram à pesquisa regional. Por isso, este texto resulta de um estudo desta história, buscando pontos relevantes para se compreender o espaço produzido. Assim, apesar de várias referências à história, o texto não se organiza, necessariamente, segundo uma seqüência cronológica.

A presença humana na região estudada é bastante anterior aos processos que vão caracterizar a espacialidade recente. Portanto, as áreas transformadas, de maneira geral, em cidades e cafezais não eram espaços vazios⁴, disponíveis para serem incorporados ao capitalismo.

Eram espaços ocupados por povos indígenas que foram exterminados ou expulsos. A parte que permaneceu foi subordinada e tornada obediente. Tal obediência não foi espontânea, mas forçada⁵. Tal processo consistiu numa imposição técnica, cultural e econômica.

A teoria do espaço geográfico desenvolvida por Santos (1996) permite a interpretação de que a uma configuração territorial composta por elementos naturais e pré-técnicos, ao longo da história, sucede outra marcada por objetos fabricados e com conteúdos técnicos, que alteram a composição espacial e o poder de imposição dos agentes detentores destes elementos. Isto faz do espaço hoje “[...] um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações, igualmente imbuidos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 1996, p. 51). A história da espacialidade da região está atada ao poder de imposição e interesses de agentes articulados a outras escalas espaciais, tanto no momento de sua formação como nos processos ocorridos mais recentemente.

Esta região foi parte do processo de disputa entre hispânicos e portugueses no século XVI. Registraram-se várias incursões pelo interior, por caminhos fluviais, picadas e vias primitivas, como o conhecido *Caminho de Peabiru* (São Tomé para os jesuítas), por onde transitaram diversas personalidades (Cabeza de Vaca, Hans Staden, entre outros), cujos nomes constam da história oficial.

Os espanhóis estabeleceram, na segunda metade do século XVI, as povoações de *Ciudad Real del Guayrá* (anteriormente *Ontiveros*) e *Vila Rica del Espíritu Santo*. As dificuldades em submeter os indígenas originaram as reduções jesuítas⁶, a maioria localizada às margens dos rios (Paranapanema, Pirapó, Ivaí, Piquiri, Iguazu, entre outros). Estes *pueblos* foram destruídos por bandeirantes paulistas. Deles pouco restou, além de uma herança na toponímia de alguns municípios.

⁴ A referência ao espaço vazio é contestada já que, diferentemente da visão dos *conquistadores*, os espaços não eram vazios e nem desabitados. Mota (1994, p. 4) discute amplamente esta questão, demonstrando que nos discursos oficiais, nos livros didáticos e em obras sobre o pioneirismo da região persiste a idéia de espaços vazios (terras devolutas, selvagens, desabitadas, abandonadas, virgens e outras expressões sugerem esta idéia). O autor, ao contar a história, mostra que a referida *conquista* não foi nada pacífica, mas permeada por forte resistência. Ele expõe a existência anterior de uma outra espacialidade humana, não capitalista, protagonizada por sujeitos constantemente esquecidos e permeada por outros valores. Por isso, utiliza-se o termo (re)ocupação para os processos socioespaciais ocorridos posteriormente.

⁵ Nas palavras de pesquisadores sobre este período, não é possível falar de uma continuidade étnica e cultural entre a população anterior e a atual: “[...] Para existir Maringá e o ‘Norte do Paraná’, foi necessário expulsar, destruir e confinar as populações indígenas que viviam nessas regiões.” (NOELLI, F. S; MOTA, L. T., 1999, p. 6-7).

⁶ Como Loreto, Santo Ignacio, San José; San Francisco Javier, Encarnación, San Miguel, Santo Antonio, San Pedro, San Tomás, Siete Arcángelos, Concepción, Santa Maria, San Pablo e Jesus Maria (ESTADO DO PARANÁ; INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS, 1987, p. 31-32).

Séculos se passaram sem que a região apresentasse dinâmica de (re)ocupação efetiva, promovida pela incorporação da área ao modo capitalista de produção. O estudo de Fresca (2000), ao demonstrar como ocorreu a estruturação da rede urbana do Norte do Paraná, especialmente na sua porção leste (área correspondente ao denominado Norte pioneiro), conta detalhes do surgimento de alguns núcleos urbanos precedentes ao período cafeeiro, bem como registra outras atividades econômicas. Embora a cafeicultura esteja estreitamente associada à história da região, alguns núcleos urbanos, notadamente na parte ocidental, possuem outras explicações para a sua origem.

Os primeiros registros de fundação de localidades, nesse processo de (re)ocupação efetiva no setentrão paranaense, consta no período imediatamente posterior à Emancipação Política do Paraná, na segunda metade do século XIX, com a Colônia Militar de Jataí e os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo, com a finalidade de fiscalizar o trânsito de tropas e mercadorias para o Mato Grosso e Paraguai.

Até o início do século XX, era escassa a articulação entre o Estado de São Paulo e o Paraná, o que dificultava o escoamento da produção. No Nordeste do Estado, desde 1840, mineiros se apossaram de terras, onde mantiveram uma economia basicamente de subsistência e pequena produção comercializada com os municípios paulistas mais próximos. Embora houvesse tentativas de produzir o café, faltava infraestrutura, impedindo o desenvolvimento desta atividade econômica até 1910, quando as condições necessárias para a produção e circulação estavam presentes.

No final do século XIX e início do século XX, esta área teve uma outra dinâmica decorrente do avanço da 'frente pioneira'⁷, promovendo uma integração econômica mais efetiva, inicialmente pela criação de suínos que já podia contar com um sistema de transporte e mercado. Monbeig (1984, p. 207) mencionou o encontro ocorrido entre o avanço pioneiro, baseado tradicionalmente na cultura do café com outras correntes de povoamento, especificamente com os safristas⁸. Entretanto, conforme Monbeig, estes não se fixavam à terra, diferenciando-se dos produtores de café e algodão.

Com o desenvolvimento das condições materiais necessárias para produzir e escoar café, este foi se tornando o produto em torno do qual se baseava a atividade econômica principal da região, atraindo intenso fluxo migratório, predominantemente de cafeicultores do Estado de São Paulo.

A história da cafeicultura no Paraná foi, inicialmente, marcada por um ritmo de produção lento em razão das referidas dificuldades de escoamento e as crises que o produto vinha encontrando no mercado mundial. Com a recuperação dos preços e os

⁷ Martins (1982) diferencia frente pioneira de frente de expansão. São dinâmicas distintas, mas combinadas de ocupação territorial, que ocupam, de formas diferentes e conflituosas entre si, territórios já ocupados por povos indígenas. O deslocamento de posseiros é o primeiro movimento: a frente de expansão. O segundo movimento é que seria a frente pioneira, tem forma empresarial e capitalista de ocupação do território e é expropriadora. Conforme o mesmo autor, o uso do conceito de zona pioneira é proveniente de geógrafos franceses, como é o caso de Monbeig. Este conceito implica em considerar a terra como livre para ser conquistada pelo espírito empreendedor.

⁸ Criadores de suínos que, depois de fazer queimadas e semear o milho, soltam os animais no campo até a engorda.

estímulos do governo paranaense, além da chegada da ferrovia e de companhias colonizadoras, o ritmo de desenvolvimento tornou-se inédito⁹ na formação da região.

A década de 1930 constituiu o marco temporal, a partir do qual se imprimiu outro ritmo à dinâmica econômica e demográfica do Paraná. Conforme Padis (1981, p. 83) "Poucas notícias existem de acontecimentos processados de forma tão rápida e de feitos tão surpreendentes que lhe sejam similares". É certo que este ritmo inédito é datado, ou seja, era inédito para aquele período. Atualmente, áreas do Norte e Centro-Oeste do país, bem como outras do mundo, foram incorporadas ao capitalismo e urbanizadas com ritmos ainda mais acelerados. Este é um atributo que pertence ao período técnico, do conjunto de objetos e ações disponíveis e que imprimem seus predicados, incorporando e sendo incorporados ao espaço produzido.

Em menos de quarenta anos, a frente pioneira abrangeu uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, correspondente a 36% do território paranaense. O café, na década de 1940, era o principal produto de exportação brasileira, e o Paraná era o seu principal produtor (PADIS, 1981, p. 83). Esta atividade econômica articulou o espaço em questão ao circuito capitalista mundial, instalando o tempo do mundo na região.

Desde então, os relatos históricos regionais têm em comum a celeridade, o crescimento do número de cidades e da população incorporada rapidamente aos novos municípios. Trata-se de um espaço marcado por seus números superlativos (GONÇALVES, 1999, p. 93).

A densidade demográfica explicava a centralidade exercida pelos diversos núcleos urbanos. A produção da rede urbana regional encontra explicações a partir deste momento histórico. A história da formação desse espaço é a história da incorporação da respectiva área de maneira mais efetiva ao capitalismo. Como ocorre esse processo na região?

O referencial teórico que ampara a busca dessa resposta é o da formação socioespacial (SANTOS, 1977 e 1979). Em sua formulação, Santos considera que se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico, é a partir da história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, que se encontra o fundamento à compreensão da realidade espacial e da sua transformação a serviço do homem. Ele propõe uma análise geograficamente articulada entre as diversas escalas. Santos deriva esta categoria da formação econômica e social da teoria marxista, expondo que ela trata da evolução diferencial das sociedades.

De acordo com Santos (1977, p. 84), o estudo das formações econômicas e sociais possibilita conhecer uma sociedade na sua totalidade, bem como nas suas frações, reconhecendo similaridades entre as diversas formações, mas também, o que as distingue entre si. O movimento totalizador é regido pelo modo capitalista de produção, cujos desdobramentos e arranjos diversos constituem formações socioespaciais diferenciadas, expressões das possibilidades de realização e acumulação, incluindo as especificidades com que cada área é incorporada à lógica do capital.

A rede urbana do Noroeste do Paraná caracterizada pela presença numerosa de pequenos centros, embora não seja singularidade apenas dessa região, guarda particularidades quanto ao contexto de sua inserção ao circuito capitalista, ou seja, desta fração geográfica no movimento totalizador.

⁹ Nicholls (1971, p. 26) demonstra como a densidade demográfica da região aumentou de 8,9 para 75,9 em 45 anos (1920-1965). Conforme este autor, no Estado de São Paulo, foram necessários 72 anos para o mesmo aumento.

2 Particularidades da formação socioespacial da região

Este item corresponde ao exercício de reflexão sobre quais elementos permitem reconhecer particularidades na formação socioespacial da região Noroeste do Paraná. Os mesmos elementos que justificam a existência de uma formação socioespacial revelam a produção da coerência, ou seja, de características comuns que permitem reconhecer uma escala regional. Não existe uma correspondência geográfica específica a qual possa ser atribuída o conceito de formação socioespacial, no sentido territorial desta expressão (pode ser tanto uma região, quanto um país, entre outras possibilidades). Em outras palavras, seus limites não coincidem precisamente a determinados recortes. Neste trabalho se estabelece uma aproximação entre a escala da região e o processo de formação, com atributos que trazem considerável homogeneidade à mesma, ainda que a delimitação territorial seja apenas aproximada.

A constatação da existência, ou não, de uma região, dependerá certamente da perspectiva teórica considerada quanto a este conceito. Como bem se sabe, este é um dos conceitos mais tradicionais da Geografia e possui diversas acepções no interior desta ciência e de outras. As constantes referências ao setentrão do Paraná indicam a existência de atributos que abarcam uma escala geográfica de amplitude regional. Na seqüência deste texto, procura-se seguir esta trilha, destacando peculiaridades que vão explicando a produção da região em estudo, com os predicados nela existentes, em específico, a densa rede urbana baseada em pequenas cidades.

O domínio do café no Brasil compreendeu ampla área, ultrapassando os limites de alguns Estados brasileiros. Foi no Estado do Rio de Janeiro que este cultivo começou a ganhar relevância econômica, ao longo do século XIX, de onde se expandiu ao território paulista e, finalmente, alcançou o Paraná no início do século XX. Mais recentemente, após a erradicação do café no Norte do Paraná, estimulou-se o seu cultivo em áreas do cerrado brasileiro com base em novos padrões técnicos (PESSÔA; SILVA, 1999). Ainda que absorvendo áreas imensas e uniformizando a paisagem, a economia cafeeira foi apresentando significativas diferenças socioeconômicas.

Inicialmente, a produção de café no Brasil reproduziu o quadro deste país como fornecedor de produtos primários, obedecendo aos mencionados padrões tradicionais assinalados por Prado Júnior (1998, p. 166-167): produção em larga escala, fundada na propriedade monocultora e com mão-de-obra escrava. O mesmo autor assinala que, sob o aspecto político e social, o café originou a última das três grandes aristocracias do país, após os senhores de engenho e os grandes mineradores: os fazendeiros de café. Posteriormente, ocorreram transformações que explicam formações socioespaciais diferenciadas no âmbito do território brasileiro.

2.1 A formação de um complexo cafeeiro capitalista e externalidades urbanas

Os primeiros registros cronológicos de produção de café no Paraná são do final do século XIX, marco inicial de uma nova organização econômica, política e social configurada na Primeira República. Desde então, a economia cafeeira ganhou novo arranjo produtivo, provocado pela *crise* do modelo anterior.

As rupturas ocorridas podem ser compreendidas com auxílio do trabalho de Cano (1998), que analisou minuciosamente as diferenças que marcaram a produção de

café no Vale do Paraíba e, posteriormente, em novas áreas paulistas e paranaenses. No Vale do Paraíba, a escassez e a exaustão das terras, o alto custo para a manutenção dos escravos, além da baixa produtividade de café, resultou na diminuição das margens de lucro, representando estagnação e decadência da economia conduzida nesses parâmetros.

Mesmo com o preço do café em ascensão e a redução dos custos dos fretes decorrentes da expansão ferroviária nas últimas três décadas do século XIX, os custos de produção dificultavam a manutenção da economia cafeeira ancorada na escravidão (CANO, 1998, p. 41-47) e, ainda, descompassada de interesses industriais ingleses.

O referido autor estuda a economia cafeeira das novas áreas enquanto um complexo econômico-capitalista, argumentando que essa idéia possibilita uma análise mais integrada da dinâmica regional. Mesmo quando fundamentada no trabalho escravo, a economia cafeeira também não era constituída apenas por lavouras. Conforme Prado Júnior (1998, p. 166-167), as grandes fazendas já representavam um conjunto complexo, configurando “[...] um mundo em miniatura quase independente e isolado do exterior”. As fazendas de café possuíam instalações para o preparo e beneficiamento do produto, residência do proprietário, senzala dos escravos ou colônias de trabalhadores, oficinas, etc. A idéia de complexo e a externalização de atividades amplia-se sob os marcos capitalistas.

A formação do complexo cafeeiro capitalista foi possível por causa de uma série de fatores, dentre os quais se destaca a disponibilidade de terras férteis, como as do setentrião paranaense, consideradas como *fronteiras* para o avanço do café. A manutenção da produção brasileira de café esteve atrelada à possibilidade de sua expansão geográfica para terras novas e férteis que asseguravam altos índices de produtividade. Deste modo, as modificações na estrutura de produção podem ser apreendidas no percurso de sua trilha geográfica e ‘lidas’ por meio do espaço produzido.

Com o trabalho assalariado emergiu uma camada social com poder aquisitivo, que dinamizou o mercado de bens de consumo. Além da mão-de-obra para as atividades agrícolas houve, também, a migração de trabalhadores urbanos que disponibilizou a mão-de-obra para atividades industriais. O novo arranjo gerou externalidades à produção do café e diversificou o complexo. Estas são características de um Brasil que foi se adequando à nova divisão internacional do trabalho, decorrente da Segunda Revolução Industrial, quando a industrialização ultrapassou as fronteiras dos países que comandavam a economia.

Lembra Delfim Netto (1981, p. 23) que a libertação dos escravos e o uso do trabalho livre implicaram na necessidade de investimentos em construções de casas para os novos colonos, “[...] habituados a um padrão de vida mais elevado que o do negro, como também uma grande necessidade de capital de movimento para pagamento dos salários”. Fatos que reiteram as afirmações anteriores sobre uma economia mais dinâmica e maior movimentação de capital.

A economia cafeeira baseada no trabalho livre compõe um complexo econômico diferenciado. Se mesmo a cafeicultura baseada na mão-de-obra escrava compunha um complexo, a cafeicultura produzida com novas relações de produção amplia esta tendência. De acordo com a sistematização de Cano (1998, p. 31 *passim*), o complexo abrangia as seguintes atividades:

- ✓ Produção agrícola de alimentos e outras matérias-primas, organizadas de duas maneiras: a produção de subsistência, (desenvolvida dentro da área da

propriedade cafeeira) e a produção comercial (em outros estabelecimentos agrícolas).

✓ Atividade industrial, compreendendo produção de equipamentos para o beneficiamento do café, sacarias de juta para embalar o produto e outros ramos manufatureiros, em especial, o têxtil.

✓ Implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário com demanda de atividades industriais, bem como atividades de manutenção com habilitação da mão-de-obra.

✓ Expansão do sistema bancário e das atividades de comércio de exportação e importação.

✓ Desenvolvimento de infra-estrutura: portos, armazéns, transportes e comunicações.

A ampliação da atividade nuclear do complexo (produção de café) induzia o crescimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, bancária, armazenagem, somadas a oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, exportação e importação, além da expansão do aparelho estatal. No compasso do desenvolvimento destas atividades, outras tantas eram reforçadas, como o comércio varejista, transportes, comunicações, energia elétrica e construção civil. Então, o complexo cafeeiro envolvia bem mais do que a produção do café, pois implicava em uma série de atividades comerciais, industriais e financeiras, que compunham um dinâmico arranjo econômico e espacial.

Se, inicialmente, as atividades industriais foram estimuladas e financiadas pela economia cafeeira, posteriormente emergiram disputas quanto à situação fiscal e de apoio estatal entre os dois segmentos. Na década de 1920, houve uma crise política causada pela rejeição do sistema oligárquico cafeeiro e a imposição dos novos interesses industriais que sinalizaram o início da mudança no perfil econômico brasileiro.

Para compreender a geografia e a história do Estado de São Paulo, é relevante mostrar os vínculos entre o complexo cafeeiro e a formação do capital industrial, no qual ganha destaque a indústria manufatureira, com fabricação de máquinas e implementos agrícolas, produção de sacarias de juta para a embalagem, entre outros. O café liberava recursos para a diversificação do investimento no complexo e os próprios fazendeiros buscavam atividades mais rentáveis. Portanto, o capital cafeeiro promoveu a diversificação e expansão de segmentos urbanos (CANO, 1998, p. 91 e 97).

A dinâmica do complexo cafeeiro, com mão-de-obra livre e demais características, explica, ainda, a espacialidade constituída na região Noroeste do Paraná. O intenso uso do trabalho livre gerava notável demanda de consumo, cuja acessibilidade para os trabalhadores se tornava possível com a rede de localidades centrais.

Para a região Noroeste do Paraná, é importante destacar que a produção de café ocorria no âmbito de um complexo que se desdobrava em uma série de outras atividades econômicas¹⁰. Não se tratava apenas do cultivo de um produto agrícola, uma atividade do campo, mas de uma economia que apresentava significativa divisão de trabalho e atividades que se realizavam nos espaços urbanos. Tal dinâmica constitui-se em

¹⁰ As várias atividades envolvidas na economia cafeeira encontram-se expressas na distribuição do valor que compõe uma saca de café beneficiado, conforme apresenta Cano (1998, p. 93): mão-de-obra na fazenda - 19,1%; custo de beneficiamento e ensaque - 5,1%; carretos, embarques e reensaque - 4,6%; frete ferroviário - 3,4%; comissões, corretagens e despesas cambiais - 5,5%; sacaria nova para exportação - 2,3%; tributos estaduais - 13,5%; transportes e outras despesas entre Santos e Nova York - 7,7%; subtotal - 61,2%; resultado bruto para o fazendeiro - 38,8%.

elemento explicativo da urbanização da região. As pequenas cidades eram espaços dinâmicos onde se desenrolavam atividades articuladas com a economia cafeeira.

Em convergência, Gusso (1996) explica essa dinâmica pelos seus atributos capitalistas que caracterizavam a aquisição da terra e as relações de trabalho assalariadas, ainda que com pagamento em espécie. Foi parte deste processo a instalação de uma extensa e ampla infra-estrutura de comércio e serviços distribuída nos pequenos centros urbanos da região.

O adensamento populacional garantia o dinamismo comercial dos pequenos núcleos urbanos. O mercado consumidor associado à comercialização dos produtos agrícolas constituía as bases da urbanização na região (LEÃO, 1989, p. 54).

O aumento do consumo decorrente das relações assalariadas de trabalho, em um período em que as vias de comunicação e transportes ainda eram precárias, promoveu o surgimento de pequenas empresas industriais voltadas para o mercado de consumo local (IPARDES, 1983, p. 40)¹¹.

Levantamentos de atividades industriais nos pequenos centros urbanos do Noroeste do Paraná¹² indicaram a existência de: produção de telhas e tijolos; materiais de transporte mais difundidos no período – carroças, carroções e charretes; beneficiamento de madeira para construção e indústria moveleira; colchões e travesseiros de mola, capim, paina e outros; vestuários, calçados e demais artefatos de tecido; beneficiamento de cereais em geral, com destaque para o café; processamento químico de óleos essenciais – eucalipto, frutas cítricas, gerânio, hortelã e outros; fabricação de bebidas (refrigerantes e aguardente) e outras indústrias alimentícias (conservas e doces de frutas, pão e produtos similares); indústria gráfica, etc. Estas atividades industriais estavam presentes em quase todas as pequenas cidades.

A maior parte das atividades industriais da época, nos pequenos núcleos urbanos, voltava-se ao atendimento local, com exceção do processamento do café, óleos vegetais e outros cereais que eram exportados para as demais áreas do país e do exterior. Esta industrialização é substancialmente diferente daquela decorrente da mais recente divisão territorial do trabalho que resulta em locais especializados e inseridos em um maior intercâmbio comercial.

Além dos estabelecimentos industriais, a dinâmica econômica e social das pequenas cidades foi constatada com a presença de estabelecimentos comerciais, bancários, serviços de saúde e com o alto número de escolas implantadas na região, nas mais diversas localidades, emancipadas politicamente ou não.

O consumo era qualitativa e quantitativamente diferente. Constituíam-se por poucos produtos. Os pequenos proprietários e trabalhadores rurais produziam quase tudo o que precisavam, além da produção agrícola com finalidades comerciais. Eles só compravam o que não conseguiam produzir. Ainda assim, a demanda era grande em razão da densidade demográfica. Essa dinâmica persistiu enquanto se manteve na região os mesmos parâmetros para a produção cafeeira, cujo limite temporal alcançou meados da década de 1960.

¹¹ Estas atividades são aqui consideradas como parte do complexo cafeeiro capitalista. Entretanto, Prado Júnior (1998, p. 106), quando tratou dos primórdios da formação socioeconômica brasileira, expôs que, enquanto nos centros maiores a maior parte dos produtos manufaturados consumidos eram provenientes do exterior, nos pequenos centros urbanos longínquos registrava-se a existência de uma pequena indústria composta por carpinteiros, ferreiros, manufatura de tecidos e vestuário e, por vezes, de pequenas metalúrgicas, ou seja, a dificuldade de acesso fazia com que estes centros procurassem suprir localmente suas necessidades, tornando-os menos dependentes do que os grandes centros urbanos.

¹² Refere-se aqui ao Cadastro Industrial por município, realizado pelo IBGE em 1965.

Este período explica-se, também, pela ínfima oferta de produtos industrializados tendo em vista os parâmetros atuais. Esta afirmação tem no ramo de confecções um bom exemplo. Ao invés de confecções prontas, comercializavam-se tecidos e armarinhos em geral¹³. A confecção demandava o trabalho de alfaiates e costureiras, o que se constituía em fontes de renda para a população local. Como os produtos industrializados eram mais caros, ao invés de serem descartados quando avariados procurava-se consertá-los, o que também representava trabalho para outros profissionais.

Pode se considerar que a transformação no consumo foi universal. Contudo, isto traz um resultado diferente para as pequenas cidades, já que a adoção do consumo maior de bens industrializados elimina alguns ramos comerciais e, em especial, atividades de prestação de serviços. Isso ocorreu sem uma correspondente contrapartida de instalação de atividades industriais, pois as pequenas cidades da região ainda participam de maneira inaugural das atividades industriais nos novos padrões de concorrência.

As atividades industriais anteriormente existentes para suprir as necessidades locais foram bastante reduzidas. Algumas pelo esgotamento da matéria-prima, como é o caso das madeireiras e algumas olarias em consequência da submersão da argila pela construção de usinas hidroelétricas. Outros produtos foram substituídos ou entraram em decadência. Além disso, deve-se assinalar as transformações econômicas e a alteração da pauta de produção agrícola. Por fim, a concorrência com a produção industrial exógena reduziu o significado da industrialização existente naquele período de menor facilidade para a circulação e troca.

Em resumo, o espaço produzido no Noroeste paranaense, no contexto da economia cafeeira, explica-se pela articulação à economia capitalista, com mão-de-obra livre e assalariada, elementos fundamentais para explicar o dinamismo e o ritmo impresso à região.

2.2 Novas condições de produção do café

A definição da pauta de produtos agropecuários, diante da dependência econômica brasileira, foi e é cada vez mais regulada em um contexto de incertezas geradas no âmbito do mercado. Assim já era quando a economia nacional fundamentava-se na economia cafeeira.

As variações nos preços do café são explicadas por diversos fatores. O declínio foi motivado por eventos, como as guerras mundiais e a crise de 1929, que tiveram amplas implicações em todo o planeta, provocando desemprego e retração nas trocas comerciais em âmbito mundial, diminuindo a demanda de produtos e a circulação de capital. A superprodução e a concorrência internacional também foram fatores significativos na redução dos preços. Já o aumento dos mesmos ocorria com a diminuição ou insuficiência de estoques por diversos motivos – crescimento da demanda, ocorrência de geadas e, no caso brasileiro, mecanismos de controle estatal com a compra e armazenamento do produto. Este controle estatal no Brasil chegou ao extremo de destruir estoques.

¹³ Encontrou-se essa mesma discussão em estudo realizado na Espanha sobre a indústria da confecção (SÁNCHEZ LOPEZ *et al.*, 1984, p. 48-49), no qual se sinaliza para a mudança na produção da roupa, antes artesanal e doméstica, agora industrializada, como processo recente. Nesse mesmo trabalho, observa-se que as pesquisas sobre a industrialização silenciam sobre este segmento que atualmente compõe aproximadamente 9% dos valores de consumo privado.

O comportamento do mercado e o controle estatal foram elementos que possibilitaram a Delfim Netto (1981) distinguir fases da economia cafeeira. A primeira fase foi caracterizada pela ausência da intervenção estatal (da metade do século XIX ao início do século XX). Na segunda fase, o mercado cafeeiro já contava com defesa eventual (1906 a 1914), com destaque para três operações valorizadoras baseadas em acordos, preços e compras asseguradas pelo governo. Na terceira fase, há uma defesa permanente e institucionalizada (ora do governo federal, ora do governo do Estado de São Paulo) do mercado cafeeiro, a partir de meados da década de 1920.

A produção do café no Estado do Paraná é inaugurada num contexto em que a prática do controle do mercado já se tornara usual. Dificuldades marcaram o final do século XIX, com queda dos preços do café, provocando longa crise, que só terminaria por volta de 1910. Nestes 13 anos, foi diminuto o acréscimo de plantações, em razão dos baixos preços e sob os efeitos de uma política deflacionista que vai de 1898 até 1906. E, ainda, conforme Cano (1998, p. 55): "A instituição, por um quinquênio, de um imposto de dois contos de réis sobre cada novo alqueire plantado com café, a partir de 1902, prorrogado por mais cinco anos, e as demais restrições decorrentes das normas estabelecidas pelo Convênio de Taubaté, em 1906, tornava praticamente proibitivo qualquer plantio".

As medidas restritivas paulistas (proibição e cobrança de tributos no caso de implantação de novos cafeeiros) persistiram e conviveram com o apoio e estímulo do governo paranaense ao plantio de novas áreas no Estado, com redução de impostos e de taxas de exportação. Portanto, a incorporação setentrional do Paraná como área produtora de café não foi uma simples expansão da cafeicultura paulista, mas decorreu da defesa política de interesses econômicos combinados de grupos externos e paranaenses. A economia cafeeira paranaense desenvolveu-se de maneira diferenciada em razão do momento econômico de crise mundial.

A articulação econômica da região a qualquer circuito produtivo dependia de vias para a circulação da produção. Assim, é consensual que a expansão do café no Paraná esteve condicionada à articulação ferroviária que chegara à região fronteiriça de Ourinhos (São Paulo). Conforme Cancian (1981), os trilhos da Sorocabana não representaram apenas nexos logístico, mas despertaram áreas produtivas. Monbeig (1984, p. 207) expõe que a estrada de ferro que parte de Ourinhos atingiu, no Estado do Paraná, o Rio Tibagi em 1931, Londrina em 1935 e Apucarana em 1937.

Este fator fundamental foi conjugado a outros, como explicita Cancian (1981, p. 14):

[...] deve-se considerar que, desde o início do século XX, a procura de terras roxas, novas, devido sua alta rentabilidade na produção cafeeira, os programas de defesa do café, paralelamente à deliberação do governo estadual de incentivar o plantio, motivaram a progressiva extensão dos cafezais. Ao mesmo tempo a proibição do plantio em São Paulo e outros estados, bem como o declínio da produção dos cafeeiros nas regiões velhas, agiram no sentido de atrair numerosos fazendeiros em busca das terras paranaenses, de boa qualidade para o café, e onde não havia proibição de plantio.

A mesma autora destaca a intervenção do governo paranaense no processo, respaldado pela defesa de preços do governo nacional, poderosos estímulos à expansão

cafeeira no Paraná. Outras ações do governo paranaense, voltadas à preparação de infraestrutura, foram igualmente relevantes, como a construção ferroviária articulando a região ao porto de Paranaguá na década de 1920, além do investimento em armazenagem. Nem mesmo a crise de 1929 abalou a decisão do governo paranaense em proteger e estimular a economia cafeeira no Paraná.

Enquanto no Estado de São Paulo observava-se o abandono dos cafezais, no Paraná a tendência era inversa, registrando os maiores índices de produção. Como resultado de suas gestões, o governo do Estado obteve concessão para plantar até cinqüenta milhões de cafeeiros. Assim:

O governo paranaense mantinha os esforços para continuar a proteção à cafeicultura no Estado, pois em maio de 1935, antes do novo convênio, Manoel Ribas comunicava ao Ministro da Fazenda, sem que isso importasse em qualquer 'propósito inamistoso para com os Estados cafeeiros o Governo Federal', que considerava extintas as cláusulas dispostas no convênio até então em vigor. Desejava expandir as plantações sem limite determinado e a abolição das taxas em vigor era considerada o meio de promover o plantio (CANCIAN, 1981, p. 32).

São evidentes os interesses do governo paranaense. Na realidade, tais interesses não estavam na economia cafeeira, mas nas promissoras fontes de rendas decorrentes de transações imobiliárias e nos tributos. Caso imperasse no Paraná a proibição do plantio de café, a maioria dos pequenos produtores teria deixado de adquirir terras nesse Estado.

Revela-se, assim, o interesse das elites do Paraná tradicional em articular a área setentrional ao seu domínio e elevar os índices de arrecadação (GONÇALVES, 1999, p. 104). Para viabilizar os empreendimentos imobiliários, era preciso sinalizar para um aproveitamento econômico atrativo. Este aproveitamento não precisava ser necessariamente a cafeicultura, mas o governo do Estado amparou-se na tradição do cultivo do café e estimulou o seu plantio no Paraná, mesmo quando este produto encontra-se num cenário econômico internacional marcado por adversidades¹⁴.

Somavam-se interesses das elites tradicionais do Paraná e das empresas colonizadoras de capital externo ou nacional. O êxito econômico dos empreendimentos privados não teria sido o mesmo não fosse a convivência e apoio estatal, obtido inclusive com vínculos diretos entre elementos da elite regional e a política de âmbito estadual e nacional, conforme pode se conferir em trabalho de Gonçalves (1999).

A expansão da cafeicultura não significava mais simplesmente aumentar a superfície plantada, tratava-se de buscar alternativas para continuar produzindo mesmo que em outro contexto. Portanto, a continuidade geográfica não escondia a transformação radical do processo (MONBEIG, 1984, p. 261).

Sobre a economia cafeeira no Paraná, Cancian (1981, p. 76) destacou o planejamento e a colonização baseada em lotes pequenos e médios, com pagamento

¹⁴ Gonçalves (1999) demonstra como a própria CMNP procurou divulgar que as terras do Norte do Paraná eram adequadas a diversas culturas, pois se a divulgação ocorresse só em torno do café, o referido cenário de crise poderia comprometer os empreendimentos imobiliários. A (re)ocupação do Norte do Paraná é considerada pelas suas peculiaridades históricas como uma formação socioespacial diferenciada que se distingue do mencionado Paraná tradicional, compreendido como áreas resultantes da ocupação capitalista e efetiva do espaço baseada nas atividades econômicas da mineração, pecuária, extração de madeira e erva mate.

facilitado, viabilizando, desta maneira, a sua aquisição por antigos colonos e pequenos lavradores paulistas. Monbeig (1984) referenda que a década de 1920 foi marcada pela saída de cafeicultores de áreas tradicionais do Estado de São Paulo (Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú) em busca de terras virgens pretendendo diminuir despesas com a produção e alcançar rendimentos melhores.

Novas áreas do Estado de São Paulo e do Paraná incorporadas ao café foram caracterizadas pela coexistência do *sítio*¹⁵ com a tradicional fazenda, o que traz uma outra dinâmica socioespacial. O mesmo autor compara, no Estado de São Paulo, duas localidades com estações ferroviárias vizinhas – Aguapeí e Lavinia. A primeira era contornada por grandes propriedades, e possuía, além da estação, uma só grande construção que era uma máquina de descarregar algodão e algumas pequenas lojas, freqüentadas ocasionalmente pelos colonos das fazendas. A segunda era uma pequena cidade dinâmica, com pequenas propriedades e pioneiros simples que precisavam das atividades comerciais, tanto para vender sua produção como para obter bens necessários para o seu consumo (MONBEIG, 1984, p. 235).

As características presentes em Lavinia repetiram-se com o avanço da frente pioneira em São Paulo e, posteriormente, no Paraná. A fundação de núcleos urbanos passou a preceder a venda de lotes rurais e urbanos. Mesmo que a maioria das pessoas fosse morar nos estabelecimentos agrícolas, era fundamental a existência das pequenas localidades.

Segundo Monbeig (1984, p. 212), formavam-se multidões compostas de pessoas simples, dispostas a comprar terras e plantar. No Paraná, o governo vendeu glebas para empresas colonizadoras e o próprio Estado atuou como agente imobiliário.

A produção cafeeira baseada em pequenas propriedades não se caracterizava pela monocultura. Ao contrário, o pequeno produtor a evitava pela demanda de recursos e despesas com mão-de-obra. Isto a diferenciava fundamentalmente da produção em grandes fazendas. Embora não pudesse produzir café em toda a área, o colono não podia se dar ao luxo de ter terras improdutivas. As áreas restantes da cafeicultura eram aproveitadas com agricultura de subsistência. O pequeno produtor utilizava a mão-de-obra familiar e vivia em casas bastante simples. Era assim que conseguia poupar para pagar a terra. De acordo com Cancian (1981, p. 135), a economia cafeeira não dependia mais da grande propriedade, ao contrário, já não suportava os seus custos. Desta maneira, a cafeicultura conseguiu manter-se num período de crise econômica mundial.

Em 1939, registrou-se uma queda brusca de preços em consequência da retração da demanda provocada pela guerra. Logo após, em 1942, a redução de estoques por causa das geadas levaram à retirada da proibição de plantio. Neste período, o governo instituiu prêmios para incentivar as exportações, pois os produtores retinham estoques como estratégia para forçar a alta dos preços. A volta de uma perspectiva positiva em relação à economia cafeeira trouxe de volta o interesse por terras. Assim, o Paraná começou a atrair muitos compradores de terras e o plantio de cafeeiros foi acelerado (CANCIAN, 1981, p. 38).

Geadas ocorridas em 1953 foram utilizadas para forçar novas altas de preços e, em 1954, o preço médio absoluto do período alcançou as melhores marcas. Nesta conjuntura, surgem novos cafeeiros, o que levou a tendência à monocultura em alguns municípios paranaenses, transformando a região em um 'mar de cafezais'. Ela assim se

¹⁵ O uso deste termo não é comum ao Brasil como um todo, sendo mais utilizado nos Estados de São Paulo e Paraná, para designar pequenas propriedades agrárias. Foi utilizado por Monbeig em contraposição às fazendas, que seriam grandes propriedades de terras.

manteve até que novas oscilações negativas de preços desencadearam políticas estatais combinadas de estímulo à diversificação agropecuária e industrial com a erradicação dos cafeeiros.

Apesar de todo o impulso urbano e econômico, a incerteza permeava a sociedade regional, conforme destacara Monbeig (1984, p. 390): “Os colonos antes, os sitiantes depois, viveram e vivem na mediocridade e na incerteza. Infatigavelmente confiantes, levando a vida dura, que eles certamente esperavam, mas cujos frutos raramente colhem, na maioria ficam sem apoio e sem recursos”. Prado Júnior (1998, p. 230) também destacou a falta de apoio aos pequenos produtores por meio de um sistema de crédito que não os deixasse na contingência de venderem precipitadamente a sua produção. Entretanto, pondera ele, não foi essa a solução escolhida. O governo adotara a intervenção no mercado com compras maciças para forçar o aumento dos preços, saída considerada precária e especulativa.

Sintetizando, a cafeicultura no Paraná, notadamente no Noroeste, resulta de uma política de incentivo do governo paranaense que se manteve mesmo durante intensas crises de comercialização do produto. Esta nova conjuntura traduziu-se em novos arranjos produtivos. Portanto, a história da cafeicultura neste Estado foi marcada pela expansão desta cultura em uma conjuntura recessiva, realizada pelas pequenas e médias propriedades.

Como era perfeitamente previsível, a vulnerabilidade econômica diante de determinantes exógenas quando atingiu a cafeicultura no Paraná, organizada em estabelecimentos agropecuários menores, abalou grande contingente de pessoas e trouxe arrematadoras modificações socioespaciais.

2.3 Atuação planejada de empresas colonizadoras

O cultivo de café já existia na área conhecida como Norte pioneiro quando surgiram empresas colonizadoras, caracterizando a ocupação da porção mais ocidental do setentrão paranaense.

Várias empresas *colonizadoras*¹⁶ atuaram em toda região, loteando áreas rurais e criando assentamentos que, em poucos anos, tornaram-se municípios. A colonizadora mais conhecida é a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de capital inglês, responsável pela criação direta de mais de sessenta núcleos urbanos. Além das localidades criadas pelas empresas, desmembramentos posteriores tornaram ainda mais densa a rede urbana regional.

¹⁶ Seguem os nomes de algumas colonizadoras que operaram na região: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Companhia de Terras Norte do Paraná); Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held; Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Lima; Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop); Nogueira, Comercial e Exportadora de Santos-SP; Colonizadora Rio Bom; Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduva; Sociedade Goio-Erê; Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda. (pertencente a Irio Spinardi, fundador de Dracna-SP e outros sócios); Aniz Abud & Cia. Ltda.; Empresa Colonizadora Marilena, de José Volpato; Terras e Colonização Paranapanema Ltda., dirigida por Antenor Borba e José Nite; Imobiliária Progresso Ltda; Companhia Colonizadora Brasil-Paraná Loteamentos S. A.; Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (Cobrinco); Imobiliária Coressato & França; Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí; A. Junqueira & Cia. e outras tantas. Registram-se, ainda, iniciativas de engenheiros civis, ou outros profissionais, que se tornaram empreendedores. Algumas localidades foram criadas diretamente pelo Governo do Estado do Paraná (FERREIRA, 1959).

A CTNP tem origem inglesa como outros grupos econômicos¹⁷ que investiam no Brasil neste período. A história registra que, inicialmente, os ingleses tinham intenção de comprar terras no Brasil para produzir algodão, em concorrência à produção do Sudão. Posteriormente, decidiram que seria mais vantajoso realizar empreendimentos imobiliários, até porque os pequenos proprietários que adquirissem terras poderiam se tornar produtores de algodão.

Esta companhia diferenciou-se das demais *colonizadoras* porque não se restringiu a criar cidades isoladas, mas planejou um conjunto de cidades, bem como as devidas articulações entre os diversos núcleos urbanos e estabelecimentos rurais. Por isso, considera-se que a região decorre de um planejamento.

Embora planejada, a atuação das empresas *colonizadoras* ocorreu em meio a conflitos fundiários com posseiros, grileiros e fazendeiros que haviam recebido doações de terras do governo do Estado conforme se assinalou antes. Discursos produzidos pelas próprias companhias procuraram silenciar sobre estes fatos, mas a propriedade da terra na região foi mantida a 'ferro e fogo', conforme registros de 'saneamento' de áreas (TOMAZI, 1999, p. 67). Não foi, destarte, um processo pacífico como se faz acreditar.

A *colonização* avançava no compasso da rede ferroviária. Na realidade, conforme registra Tomazi (1999), o controle de um mesmo grupo sobre estas atividades no Norte do Paraná é um fator a mais para compreender a repartição em pequenas propriedades. Segundo este autor a CTNP pretendia vender grandes áreas de terras e teria mudado de idéia porque, se assim fosse, a ferrovia não obteria lucros¹⁸.

Por causa do período instável da II Guerra Mundial, o governo brasileiro assumiu o controle da estrada de ferro e de remessas de capital, dificultando a atuação das empresas estrangeiras. Além disso, os impostos sobre ganhos estrangeiros inviabilizaram a manutenção destes investimentos no Brasil. A CTNP, cuja atuação abrangia uma área total de 545 mil alqueires paulistas, foi vendida a banqueiros paulistas, tornando-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (MONBEIG, 1984, p. 238-240).

Houve muita concorrência entre as diversas empresas colonizadoras, com muita propaganda destes empreendimentos imobiliários utilizando-se de diversos meios: rádio, cartazes e corretores. Era comum, conforme Monbeig (1984, p. 227 e 237), encontrar em trens paulistas cartazes anunciando as terras do Paraná. Enfim, eram diversos os esforços publicitários. Criar cidades tornou-se um lucrativo negócio:

Nos trens, nos bares, cartazes com slogans enfáticos proclamam belezas e riquezas da nova cidade. Lança-se uma cidade, como se lançaria uma moda, com grandes

¹⁷ Além do grupo que deu origem à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, havia muitos outros grupos estrangeiros de investimento no Brasil, dentre os quais se destacavam os ingleses pelo maior número de companhias. Sampaio (1980) relaciona 45 empresas estrangeiras ligadas à agricultura, entre os anos 1882-1910, sendo 21 inglesas.

¹⁸ Tomazi (1999) apresenta parte de depoimento de Oswald Nixdorf que trabalhava com a empresa: "[...] consegui uma completa alteração da política de vendas da CTNP. Até agora ela era destinada a vender grandes áreas para fazendeiros, o que naturalmente seria bem mais fácil do que vendas em pequenas. Alegui que, se fossem as terras da CTNP cobertas com fazendas, a EFSPP [Estrada de Ferro São Paulo - Paraná] nunca daria lucro, teria só carga para São Paulo para escoar as colheitas, porém não carga de volta porque o trabalhador das fazendas nunca teria necessidades. Mas com a venda em lotes pequenos criavam-se povoados com negócios, escolas, hospitais, etc., em outras palavras surgiriam mercados e assim muita carga para a EFSPP de São Paulo para cá e também passageiros" (TOMAZI, 1999, p. 79). Na realidade, o mesmo grupo inglês *Paraná Plantation Ltda.*, controlava tanto a CTNP como a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.

golpes de propaganda. Os primeiros compradores de terrenos eram comerciantes que tinham sido atraídos. Os que os seguiram vinham em busca de bons negócios. E, por fim, exatamente como se torna popular a moda, depois de adotada por uma minoria, afluíram então, para o jovem centro urbano, pessoas de todas as classes sociais e de todas as regiões, novas ou velhas. [...] (MONBEIG, 1984, p. 357).

Foram diversas as estratégias de publicidade. Conforme o referido autor, até mesmo recrutadores percorriam antigas áreas produtoras, anunciando os progressos da urbanização e a valorização das terras. Ademais, exaltava-se a qualidade dos solos, a densidade de estradas, o equipamento das localidades urbanas, a segurança dos títulos de propriedade, além das vantagens financeiras do sistema de pagamento. Foi assim que se produziu a densa rede urbana da região, outro ponto peculiar desta formação socioespacial.

2.4 A constituição da rede urbana e as pequenas cidades

A formação de uma rede urbana constituía parte da estratégia da Companhia de Terras Norte do Paraná. De acordo com os planos desta empresa, o espaço deveria estar organizado de maneira que os núcleos urbanos pudessem atender às necessidades de uma densa população rural, já que o loteamento ocorreu em pequenas propriedades e havia intenso uso de mão-de-obra.

A rede urbana baseou-se na instalação de pequenos núcleos a aproximadamente cada quinze quilômetros. Numa distância maior, no máximo cem quilômetros, estariam cidades de porte maior, cujo objetivo era oferecer serviços e produtos de demanda menor (Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama). Tais núcleos ganharam uma localização privilegiada, no denominado 'espigão' topográfico da região, junto à ferrovia e à estrada principal (MULLER, 1956, p. 86-87).

Ao todo foram 62 localidades fundadas pela referida companhia. Entretanto, outras 48 localidades tiveram sua fundação atrelada a outras iniciativas nas terras pertencentes à referida empresa. Atualmente são 54 sedes de municípios localizados em áreas que pertenceram à CMNP. Estas informações encontram-se sintetizadas no Quadro 3. As localidades fundadas e atualmente emancipadas estão em *itálico* e aquelas que além de emancipadas prosseguem com população inferior a cinquenta mil habitantes, consideradas como pequenas cidades, estão em *itálico* e **negrito**.

A estas localidades criadas por esta empresa, ou por terceiros em suas terras, somam-se muitas outras no setentrão paranaense. E a rede urbana regional possuía, além daquelas localidades que conseguiram se emancipar (cuja sede é considerada uma cidade para os parâmetros legais brasileiros), uma série de outros núcleos menores: os numerosos *patrimônios*, que em geral contavam com capelas, escolas, estabelecimentos comerciais de secos e molhados - as *vendas*¹⁹. Na realidade, municípios recentemente desmembrados já existiam enquanto distritos, compondo a rede de localidades existentes no âmbito intramunicipal.

¹⁹ Estudo denominado *Nas Águas de Lobato* (LUPION, 2003) trata especificamente dessas localidades, freqüentemente denominadas com nomes dos rios e córregos locais. A autora expõe sobre a construção do espaço social que representava estas localidades.

Quadro 3 - Localidades fundadas pela CTNP/CMNP ou terceiros em áreas da empresa

Localidades fundadas pela CTNP/CMNP	Localidades fundadas por terceiros em áreas da CTNP/CMNP
<p>Água Boa, <i>Apucarana</i>, Aquidaban, <i>Arapongas</i>, Aricanduva, <i>Astorga</i>, <i>Atalaia</i>, Barão de Lucena, Belém, <i>Bom Sucesso</i>, <i>Cambé</i>, Cambuí, Cedro, <i>Cianorte</i>, <i>Cruzeiro do Sul</i>, <i>Doutor Camargo</i>, <i>Floraí</i>, <i>Flórida</i>, Guadiana, Heimtal, Igaritá, Iguatemi, <i>Inajá</i>, <i>Indianópolis</i>, <i>Itacolomi</i>, Ivaítinga, <i>Jandaia do Sul</i>, <i>Japurá</i>, <i>Jussara</i>, <i>Lobato</i>, <i>Londrina</i>, Lovat, Malu, <i>Mandaguari</i>, Marabá, <i>Marialva</i>, <i>Maringá</i>, Maristela, <i>Marumbi</i>, <i>Nova Esperança</i>, <i>Paissandu</i>, <i>Perobal</i>, Pirapó, <i>Presidente Castelo Branco</i>, <i>Rolândia</i>, <i>Sabáudia</i>, <i>Santo Antonio do Caiuá</i>, <i>São João do Caiuá</i>, <i>São Jorge</i>, São Lourenço, São Manoel, São Pedro, <i>São Tomé</i>, <i>Sarandi</i>, Sumaré, <i>Terra Boa</i>, <i>Tuneiras D'Oeste</i>, <i>Umuarama</i>, <i>Uniflor</i>, Valência, Vidigal e Warta.</p>	<p>Altancira, <i>Alto Paraná</i>, <i>Ângulo</i>, Aparecida, Aparecida D'Oeste, <i>Califórnia</i>, <i>Cambira</i>, Campinho, Ceboleiro, Colombo, Columbia, Copacabana, <i>Cruzeiro</i>, <i>Floresta</i>, Floriano, Granada, <i>Iguaraçu</i>, <i>Itambé</i>, <i>Ivatuba</i>, Jussara do Norte, <i>Kaloré</i>, Km 14, <i>Mandaguacu</i>, Nossa Senhora Aparecida, Nova Bilac, <i>Ourizona</i>, Paraná Real, <i>Paranacity</i>, <i>Paranapoema</i>, Pingüim, <i>Pitangueiras</i>, Pombal, Progresso, Pulinópolis, Regina, Santa Fé, Santa Maria, Santo Antonio, São José, São Louis, São Martinho, <i>São Pedro do Ivaí</i>, São Rafael, Sete de Maio, Suissa, Tupinambá, Vera Cruz e Vitória.</p>

Adaptado de: Carvalho, 2000, p. 69 e 71.

Essa rede urbana na região, resultante das estratégias da CMNP, além da disposição dos núcleos, já previa um comportamento espacial das relações sociais interurbanas e campo-cidade. Assim, cidades com papéis regionais foram instaladas a aproximadamente cem quilômetros uma das outras. A cada dez ou quinze quilômetros foram planejadas pequenas localidades para atender as necessidades básicas da população e comercialização dos produtos agropecuários, em especial a produção dos pequenos proprietários, pois o grande fazendeiro comercializava e consumia diretamente em São Paulo ou Santos (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 77-78).

Deste modo foi composta a rede urbana regional e as relações interurbanas previstas para o período da economia cafeeira, demonstrando que o acesso à rede urbana já dependia não só da acessibilidade física, mas também da acessibilidade social.

Conforme Monbeig (1984, p. 337), a fundação das pequenas localidades explicava-se pela necessidade de fornecer à população rural e, especialmente, aos pequenos agricultores os seus 'quadros' urbanos. Estas localidades tornaram-se fundamentais. Se outrora o avanço da frente pioneira era marcado por abertura de fazendas, naquele momento ele se caracterizava pela fundação de núcleos urbanos. Enfim, produziu-se, em poucas décadas, uma ampla rede urbana, com diversas localidades centrais nos padrões *christallerianos*. Entre as diversas localidades criadas algumas cresceram, enquanto outras praticamente desapareceram.

A acessibilidade física foi parte das preocupações dos agentes hegemônicos propensos a produzir um espaço bem articulado no interior da região e desta com outras áreas, notadamente com as cidades de São Paulo e Paranaguá. Por isso, conforme já se assinalou antes, foram planejadas ferrovias e rodovias que pretendiam amparar uma economia orientada para o comércio, além de proteger os produtores rurais do isolamento. A CMNP envolveu-se na construção de 3.615 quilômetros de estradas (MULLER, 1956, p. 77).

Berry (1971, p. 147) verifica esse mesmo caráter urbano e a necessidade da articulação no Oeste americano "[...] primero, el ferrocarril; luego, las ciudades; y por último, las granjas. De este modo, la colonización es mucho más rápida, y la ciudad

imprime su carácter al campo, en lugar de ser el campo el que dé carácter a la ciudad". Palavras também explicativas da região em análise.

O aspecto inicial das diminutas localidades era composto por uma efêmera paisagem, com residências e estabelecimentos comerciais construídos com madeira. Quando os comerciantes sentiam-se estáveis, edificavam seus estabelecimentos com alvenaria, o que transformava o aspecto da cidade pioneira (MONBEIG, 1984, p. 360-361).

As pequenas cidades possuíam significativa estrutura bancária e comercial (varejista e atacadista). Quase todas dispunham de profissionais da área da saúde (médicos, dentistas e farmacêuticos) para o atendimento da população. Da mesma forma, havia uma estrutura de ensino primário e do ensino naquele período denominado de extraprimário (ginásio e curso normal). Algumas cidades já contavam, também, com um mínimo de instituições do poder judiciário. Estas atividades conferiam centralidade a estes núcleos urbanos. Conforme Berry (1971, p. 3), embora as cidades possam dever sua existência a determinadas atividades de produção, muitas existem exclusivamente graças a seu papel de centros de mercado. Neste caso, elas agrupavam atividades comerciais e de serviços em local de fácil acessibilidade para os consumidores. Eram esses os conteúdos substanciais das localidades existentes no Noroeste do Paraná. Indubitavelmente eram localidades centrais²⁰, dispostas com a regularidade *quase* matemática, prevista nos referenciais e modelos teóricos.

É notável o fato de que em praticamente todas as pequenas cidades existiam cinemas, alguns com uma capacidade significativa de acomodação de pessoas. Em várias existiam emissoras de rádio e jornais locais impressos, com periodicidade mensal ou quinzenal²¹. Atualmente, a maioria das pequenas cidades da região não possui mais cinemas, por causa da cultura televisiva somada à intensa perda de população. Portanto, além das transformações regionais, mudanças culturais explicam o fato de que hoje, basicamente, só existem cinemas nos centros regionais.

A articulação rodoviária não contava com pavimentação. Várias cidades dispunham de transporte aéreo, com linhas regulares da Viação Aérea São Paulo (Vasp) em Loanda, Lupionópolis, Mandaguari e Nova Esperança; Real Aerovias Brasil em Alto Paraná, Loanda, Mandaguari e Nova Esperança; além da Viação Aérea Rio Grandense (Varig), Cruzeiro e táxis aéreos. Este tipo de transporte era utilizado, em especial, pelas companhias imobiliárias para trazer pessoas interessadas em adquirir terras. No período atual, a rede de transporte aéreo não inclui mais estas pequenas cidades. A explicação para tanto está na articulação rodoviária mais facilitada, mas também no fato de que esta região não está mais em foco no processo de incorporação capitalista. Apenas alguns fazendeiros absenteeistas utilizam-se de aviões particulares.

²⁰ A clássica teoria dos lugares centrais, baseada em Christaller e Losch e, posteriormente, retomada por Berry, trata da distribuição espacial de atividades comerciais e de serviços pretendendo estruturar uma distribuição adequada a uma população dispersa: "[...] los centros de mercado son una de las causas principales de la aparición de las ciudades [...]" (BERRY, 1971, p. 142).

²¹ Seguem alguns dados referentes aos cinemas, rádios e jornais existentes no período. Destacam-se os cinemas: Cine Esperança de Nova Esperança, com 1.300 lugares; Cinemas Central, com 600 lugares e o Guarany, com 400, ambos em Sertanópolis; Cine Teatro Brasil de Mandaguauçu, com 572 lugares; Cine Primeiro de Maio de Primeiro de Maio, com 350 lugares; Cine Avenida em São João do Caiuá, com 320 lugares, entre tantos outros. Sobre as rádios, registra-se a Rádio Astorga Broadcasting Limitada; Rádio Sociedade Nova Esperança e outras. Quanto aos jornais: *Jornal de Nova Esperança* e o *Tribuna de Sertanópolis*.

3 Palavras finais

A economia cafeeira baseada num complexo capitalista com múltiplos desdobramentos, e não restrita ao cultivo de um produto no campo, constitui importante fator explicativo da produção do espaço regional. Ademais, a conjuntura econômica que marca a inserção do Estado do Paraná no circuito de produção do café, exigindo novos arranjos produtivos com base em pequenas propriedades e na redução de custos também é fundamental para se compreender a região.

A coerência da escala regional é marcada, ainda, pelo planejamento verificado na produção do espaço decorrente de práticas centradas nas empresas e no Estado. Formou-se um espaço fluido e dinâmico, tendo em vista o padrão técnico disponível no período. Portanto, a região envolvida no trabalho – Noroeste do Paraná – é uma escala cuja produção orientou-se, basicamente, por ações estatais (estímulos do governo paranaense) e por interesses capitalistas (especialmente companhias colonizadoras). Estes fatos oferecem certa unidade escalar de amplitude regional. Conceitualmente, é possível compreender as características adquiridas pela referida região como expressão das relações sociais de produção, subordinadas ao capitalismo, decorrentes de uma forma especial de reprodução do capital (OLIVEIRA, 1977).

A produção do espaço regional resultou da articulação efetiva desta escala à dinâmica econômica internacional, com a imposição das prerrogativas do capital ao processo, por meio de seus agentes concretos. Os atributos que criam a coerência da escala regional são adaptações aos interesses e à conjuntura momentânea de acumulação do capital. As peculiaridades na produção do espaço regional demonstram a forma concreta do desenvolvimento do capitalismo neste espaço e a produção das condições com que a sociedade regional enfrenta as simultaneidades do período atual.

Tais peculiaridades destoaram de algumas características da formação econômica brasileira, o que deu origem a uma formação socioespacial diferenciada. O olhar estrangeiro de Kohlhepp (1991) identificou uma estabilidade social nova que se formara no Brasil, baseada em pequenos e médios empreendimentos. Estabilidade tornada rapidamente crepuscular com as transformações regionais.

A despeito das mudanças, permaneceram marcas. A presença das pequenas cidades constitui quinhão da herança desta formação socioespacial. Produziu-se uma espacialidade que contava com alta densidade demográfica, constituída basicamente por pequenos proprietários e trabalhadores rurais, com muitas localidades centrais para atender as necessidades essenciais desta população.

Convergem Deffontaines (2004), Santos (1979) e Corrêa (1999) ao constatarem que a existência de pequenas cidades está relacionada com maior densidade demográfica, decorrente de estrutura fundiária menos concentradora e intensidade de uso da força de trabalho. O estudo de Geiger (1963) reitera essa constatação, fazendo referência a áreas situadas em regiões *novas* (que eram o Norte do Paraná e Oeste paulista), onde estavam médios e pequenos proprietários. As pequenas cidades refletem a evolução demográfica do entorno e estão relacionadas à economia de mercado, ainda que com uma mínima divisão territorial do trabalho. Embora existam pequenas cidades dispersas por todo o território, a presença das mesmas é maior em áreas com os predicados mencionados, como a região Noroeste do Paraná que reuniu tais atributos.

Contudo, a sustentação econômica para esta espacialidade durou muito pouco com a crise na cafeicultura. O espaço produzido a partir dos interesses do Estado e do capital comprometeu a vida de vários outros agentes produtores do espaço regional, anônimos, sobre os quais recaíram as implicações decorrentes das transformações

econômicas na região. Este estudo, ainda que remetendo ao passado, tem como objetivo auxiliar na compreensão do presente, principalmente acerca das novas dinâmicas econômicas e o processo de redefinição da rede urbana, em especial, quanto aos atuais papéis e significados das pequenas localidades.

Bibliografia

- BERRY, B. *Geografia de los centros de mercado y distribución al por menor*. Barcelona, Espanha: Vicens-Vives, 1971, 185 p.
- CANCIAN, N. A. *Cafecultura paranaense: 1900-1970*. Curitiba: Graficar, 1981, 154p.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1998 (30 Anos de Economia Unicamp, 1).
- CARVALHO, L.D.M. *O posicionamento e o traçado de algumas cidades implantadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e sucessora, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná*. 2000. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2.ed.São Paulo: Editora Ave Maria, 1977, 295 p.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro v.4, n.6, p.43-53, jan-jun.1999.
- _____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. *Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço*. V. 1. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p.424-430.
- DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Cidades*, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.119-146, jan-jun.2004.
- DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE/USP. 1981, 359p. (Ensaio econômico, 16).
- ESTADO DO PARANÁ . INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. *Atlas do Estado do Paraná*. Curitiba, 1987, 73p.
- FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v.31, Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, 532 p.
- FRESCA, T.M. *Transformações na rede urbana do Norte do Paraná: Estudo comparativo de três centros*. 2000, 436f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GEIGER, P.P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963, 462 p.
- GONÇALVES, J.H.R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná: 1930/1970. In: DIAS, R.B.; GONÇALVES, J.H.R.(Org.). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999, p.87-121.
- GUSSO, D.A. Perspectivas do desenvolvimento regional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. (Curitiba), n.87, p.7-29, 1996.
- IBGE. *Cadastro Industrial 1965: Estado do Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968, v. 8, p.124-125; 432-433; 462-465; 526-529.
- IPARDES. *Nova configuração espacial do Paraná*, Curitiba: IparDES, 1983, 140 p.

- KOHLHEPP, G. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no Norte do Paraná (Brasil). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.53, n.2, p.79-94, abr-jun.1991.
- LEÃO, I.Z.C.C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: Ipardes, 1989. 98 p.(Teses 1)
- LUPION, M. R. de O. *Nas Águas de Lobato: a construção de um espaço social na zona rural de Lobato, Norte do Paraná (1948-1973)*. 2003. 185f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 25.ed. São Paulo: Hucitec, 1982, 181 p.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, 392p. (Teoria e Realidade).
- MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang*. Maringá: Eduem. 1994, 275 p.
- MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.22, p.55-96, mar.1956.
- NICHOLLS, W.H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.26, p.19-53, 1971.
- NOELLI, F. S; MOTA, L.T. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, R.B.; GONÇALVES, J.H.R.(Org.). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999, p.5-19.
- OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 132p.
- PADIS, A. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981, 235p.
- PESSÔA, V.L.S; SILVA, P.J. da. O café e a soja na (re) organização do espaço do Triângulo Mineiro/Alta Paranaíba. In: ASARI, A. Y. et al. Relatório final apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ. Uberlândia:Universidade Federal de Uberlândia, datilografado, 1999, p.206-317.
- PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 43.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, 364p.
- SAMPAIO,P. *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. 140 p.
- SÁNCHEZ LOPEZ et al. La industria de la confección en las zonas rurales del sur de Córdoba. *Estudios Territoriales*, Madrid, n.13-14, p.47-64, abr-set.1984.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 p.
- _____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.54, p.81-99, jun.1977.
- _____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979, 152 p.
- TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R.B; GONÇALVES, J. H. R. *Maringá e o Norte do Paraná*. Maringá: Eduem, 1999, p.51-85.